



Número 20 Abril 2006

NOTA TÉCNICA

**A GRIPE AVIÁRIA E O IMPACTO
SOBRE OS TRABALHADORES**

A gripe aviária e o impacto sobre os trabalhadores

Nos últimos anos a indústria de aves no Brasil apresentou grande expansão especialmente em função do desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de genética, nutrição, manejo, sanidade e equipamentos. O Brasil é o segundo maior produtor de frangos do mundo, atrás apenas dos EUA. Nos anos 90, especialmente a partir da sua segunda metade, o país apresentou o maior crescimento entre todos os produtores. O segmento é também muito importante na geração de emprego e renda, já que mantém 210 mil empregados com carteira assinada, considerando a criação e abate de aves, distribuídos nos vários estados produtores, com salário médio de R\$ 600,00.

TABELA 1
Trabalhadores na criação e abate de aves, por sexo
Brasil – 2004

Sexo	Criação de aves	Abate de aves	Total
Masculino	59.366	81.679	141.045
Feminino	18.173	50.664	68.837
Total	77.539	132.343	209.882

Fonte: RAIS, 2004
Elaboração: DIEESE

Nos últimos anos, a participação dos EUA nas exportações mundiais de frango vem diminuindo, e países como Brasil e Tailândia têm ocupado esse espaço. No Brasil houve o maior crescimento no volume de frango exportado (174,3%), em proporção bastante diferenciada da registrada em outros países.

TABELA 2
Exportação mundial de carnes de frangos
Principais países (1999 – 2004)

Em mil toneladas

Ano	EUA	Brasil	UE	China	Tailândia	Mundo
1999	2.080	771	776	375	285	4.442
2000	2.231	907	774	464	333	4.856
2001	2.520	1.249	724	489	424	5.589
2002	2.180	1.600	843	438	465	5.769
2003	2.237	1.922	730	388	528	6.075
2004	2.248	2.115	780	310	300	6.046

Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos. USDA
Elaboração DIEESE

As exportações brasileiras, nos últimos anos, aumentaram em um ritmo bastante superior ao crescimento do mercado interno. Somente em 2005, as exportações de carne de frango atingiram US\$ 3,5 bilhões, uma expansão de 35% em relação aos US\$ 2,5 bilhões exportados em 2004. Em volume, os embarques – que atingem todos os continentes – chegaram a 2,8 milhões de toneladas em 2005, um incremento de 15% sobre o ano anterior, um novo recorde exportador para o setor avícola brasileiro (Tabela 3).

TABELA 3
Exportações brasileiras de carne de frango por destinos
2005 x 2004

Destino	KG líquido total		
	2005	2004	Evolução (%)
União Européia	387.036.522	308.584.350	25,42
Oriente Médio	848.570.022	755.489.627	12,32
América do Sul	114.861.374	82.374.067	39,44
África	191.782.179	181.351.897	5,75
Ásia	756.949.812	632.850.642	19,61
Rússia	258.186.741	192.943.658	33,81
Outros	288.559.309	316.102.132	-8,71
Total	2.845.945.959	2.469.696.373	15,23

Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos

A automação na indústria brasileira de alimentos se expandiu bastante a partir da década de 1990. Essa expansão só não foi ainda maior devido as especificidades de alguns mercados consumidores, que exigem cortes que só podem ser realizados manualmente e de outro lado pelos atuais níveis de competitividade da produção nacional, alicerçados, sobretudo, nos baixos salários pagos aos trabalhadores frente a média da remuneração paga em outros países.

Como resultado da estratégia das empresas de agregar valor aos produtos exportados, vem crescendo a participação dos cortes no total de exportações avícolas brasileiras. No contexto de elevada concorrência a agregação de valor ao produto é prática adotada por todas as empresas e por todos os países que exportam, o que dificulta uma expansão mais acelerada das exportações dos produtos industrializados frente aos produtos “*in natura*”. Por exemplo, a empresa com o maior faturamento nesse segmento, no Brasil, exportou apenas 9% de produtos industrializados, entre mais de um milhão de toneladas de carne de aves e suínos que enviou para o mercado externo em 2005.

No mercado interno, o consumo de frango aumentou significativamente ao longo dos últimos 16 anos, como revela a Tabela 4. O consumo médio por habitante saltou de 12,7 kg em 1989, para 35,4 kg em 2005, um crescimento de 179%. O frango tornou-se uma alternativa acessível de consumo protéico à população de menor poder aquisitivo, em parte devido aos ganhos de produtividade da indústria de alimentação, que reduziu o preço do produto. Esse valor tem sido o elemento determinante neste processo, já que o frango se tornou mais barato em comparação com as demais carnes. Outro elemento importante nessa elevação do consumo é a

crescente busca das pessoas por uma alimentação mais saudável, com menos gordura, requisitos melhor preenchidos pelas carnes brancas.

TABELA 4
Consumo brasileiro de carne de frango
1989 – 2005

Ano	Consumo do mercado interno (em toneladas)	Variação (%)	Consumo por habitante (kg/habitante)	Variação (%)
1989	1.811.396	-	12,73	-
1990	1.968.069	8,65	13,60	6,83
1991	2.200.211	11,8	14,96	10
1992	2.350.567	6,83	15,74	5,21
1993	2.709.500	15,27	17,87	13,53
1994	2.929.997	8,14	19,06	6,66
1995	3.616.705	23,4	23,21	21,77
1996	3.482.767	-3,7	22,05	-4,97
1997	3.811.569	9,44	23,83	8,07
1998	4.262.231	11,82	26,31	10,41
1999	4.755.492	22,38	29,14	2,13
2000	5.069.777	6,61	29,91	2,64
2001	5.486.408	8,22	31,82	6,39
2002	5.917.000	7,85	33,81	9,41
2003	5.920.908	0,07	33,34	-1,4
2004	6.069.334	2,51	33,89	1,65
2005	6.535.185	7,13	35,48	4,69

Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos. USDA

Apesar da forte concorrência, especialmente dos EUA, as empresas brasileiras têm demonstrado bons níveis de eficiência produtiva e competitividade internacional, como demonstra o desempenho verificado nas exportações das principais empresas de carne do Brasil. O sistema integrado de produção, as condições climáticas do país, a facilidade na obtenção da matéria-prima agrícola (especialmente milho e soja) e os investimentos em tecnologia, fornecem ao Brasil uma grande capacidade competitiva no segmento de produção do frango e de suíno.

Outro fator fundamental de competitividade das empresas brasileiras é o custo de produção, inferior ao da maioria dos concorrentes internacionais. Pesquisas indicam que, entre as grandes processadoras de carnes do Brasil, o custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida está em torno de 70%, enquanto nos EUA corresponde a 88%.

Um dos elementos explicativos do baixo custo de produção brasileiro, além dos mencionados anteriormente, são os salários que permanecem baixos e não acompanham os ganhos de produtividade obtidos pelas empresas do setor. O salário fixo, em algumas empresas, sequer vem sendo corrigido pela inflação passada, quadro este que não condiz com os níveis de lucratividade das empresas.

Algumas empresas que pagam Participação nos Lucros e Resultados (PLR) vêm se utilizando destes programas em substituição à reposição das perdas salariais, condicionando uma parcela da remuneração dos trabalhadores à obtenção de metas de produção, muitas vezes exageradas, que acabam gerando, diante do aumento da intensidade do trabalho, uma série de doenças ocupacionais, como as Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort).

Neste contexto, a crise ligada ao temor da gripe aviária não pode penalizar os trabalhadores do setor. Não há dúvidas de que é uma crise importante, que reduziu o consumo mundial e que pode reduzir os mercados internacionais para as empresas brasileiras e baratear o preço no mercado interno, como, de resto, já vem ocorrendo. Mas as empresas, devido a lucratividade acumulada nos anos anteriores e as possibilidades de expansão do mercado interno, devem negociar alternativas para contornar esta crise sem recorrer ao fácil expediente da redução de pessoal.

O trabalhador não pode ser penalizado com a perda do emprego por uma crise que pode se estabilizar em alguns meses. Ao que tudo indica, o mercado consumidor interno deve absorver parte da produção, em função da elevação da renda esperada para este ano. O próprio aumento real do salário mínimo, de 12% a partir de abril, deverá injetar, em 12 meses, cerca de US\$ 25 bilhões na economia brasileira, permitindo o aumento dos gastos com alimentos.

Além disso, segundo pesquisas, já há uma discreta reação dos importadores europeus, especialmente da França. Também o preço começa a reagir, em decorrência dos ajustes realizados pelas empresas, que passa, entre outras, pela redefinição do *mix* de produtos, e redirecionamento para o mercado interno.

As empresas elevaram, em muito, os seus lucros nos últimos anos por conta de melhorias na gestão do trabalho e da produção e, sobretudo, pelos níveis de produtividade do trabalho. Há várias alternativas de contornar a crise e passam, necessariamente, pela abertura de um amplo processo de negociação com as entidades sindicais que representam os trabalhadores do setor.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos
Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Equipe técnica

Cornélia Nogueira Porto
José Álvaro Cardoso
Nelson Karam
Patrícia Lino Costa
Iara Heger (revisão)